

MULHERES ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO E BARRAGENS: IMPACTOS E RESISTÊNCIAS

6

Camilla Veras Pessoa Silva (camillavpessoa@gmail.com)¹

Resumo: À luz do arcabouço teórico da Psicologia Socio-histórica e do Feminismo comunitário latino-americano, o presente estudo visou a compreender os impactos psicossociais vivenciados pelas mulheres atingidas pela mineração e barragens e as estratégias de mobilização e resistências territoriais adotadas. Através da metodologia de pesquisa bibliográfica foi realizada uma revisão da literatura pré-existente em que se pode observar que nos territórios onde ocorre exploração mineral as mulheres conformam o grupo social mais vulnerável aos múltiplos impactos psicossociais, socioeconômicos e ambientais. As mulheres negras, indígenas, quilombolas, pescadoras e camponesas estão mais suscetíveis à perda de soberania alimentar, tendo em vista a contaminação do solo e das águas por resíduos tóxicos; à perda de trabalho e renda, e conseqüente empobrecimento; à alteração do seu modo de vida, deslocamento compulsório e enfraquecimento dos laços comunitários, além do aumento da sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados com os membros da família, exposição a problemas de saúde típicos de territórios atingidos por megaprojetos e as violências patriarcais, com destaque para a violência doméstica, violência sexual, prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes. As mulheres protagonizam ainda os processos de resistência e as lutas ambientais em suas comunidades de origem, criam estratégias de mobilização comunitária e se posicionam contra o modelo de desenvolvimento econômico capitalista baseado na espoliação e mercantilização da natureza.

Palavras-chave: neoextrativismo mineral; conflitos socioambientais; violências patriarcais; mulheres; lutas ambientais.

WOMEN AFFECTED BY MINING AND DAMS: IMPACTS AND RESISTANCE

Abstract: In the light of the theoretical framework of Socio-historical Psychology and Latin American Community Feminism, this study aimed to understand the psychosocial impacts experienced by women affected by mining and dams and the strategies of mobilization and territorial resistance adopted. Through the methodology of bibliographical research, this paper focus on a review of the pre-existing literature was carried out, in which it can be observed that in territories where mineral exploration takes place, women form the most vulnerable social group to multiple psychosocial, socioeconomic and environmental impacts. Black people, indigenous, quilombola, fishermen and peasant women are more susceptible to the loss of food sovereignty, with soil and water contamination by toxic waste; loss of work and income, and consequent impoverishment; change in their way of life, compulsory displacement and weakening of community ties. In addition to the increased burden of domestic work and care for family members, exposure to health problems typical of territories affected by megaprojects and patriarchal violence, with emphasis on domestic violence, sexual violence, prostitution and sexual exploitation of children and adolescents. Women are protagonists in resistance processes and environmental struggles in their communities of origin, make community mobilization strategies and take a stand against the capitalist economic development model based on the spoliation and commodification of nature.

¹ Psicóloga. Mestre e doutora em Psicologia Social (PUC-SP).

Keywords: mineral neoextractivism; socio-environmental conflicts; patriarchal violence; women; environmental struggles.

1 INTRODUÇÃO

O extrativismo mineral localiza-se na gênese da exploração colonial e capitalista que ocorrem nos territórios alocados na periferia global. De acordo com Ulloa (2016), o continente latino-americano é cenário de apropriação e espoliação dos bens comuns para sustentação do modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração em grande escala, baixa diversidade produtiva e exportação de matéria-prima para o fornecimento do mercado global (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2019).

Svampa (2019) pontua as diferenças entre o extrativismo tradicional e o neoextrativismo. O neoextrativismo pode ser significado como uma categoria analítica, um conceito político para compreender a atualização do modelo extrativista através do protagonismo do Estado na captação e distribuição do excedente da produção, o que para os autores possui um caráter mais progressista e com alguma legitimidade social, mesmo com diversos impactos socioambientais negativos associados.

O modelo extrativista reflete ainda a hierarquia entre as nações, subdivididas em nações desenvolvidas, compreendidas como “metrópoles imperiais” e nações subdesenvolvidas, os “territórios coloniais” apropriados no contexto das relações de poder estabelecidas na economia global capitalista. Define-se como um modelo de acumulação datado no início da colonização e que se perpetua até a atualidade através da determinação das demandas dos países centrais às economias dos países periféricos (GUDYNAS, 2009; ACOSTA, 2012; SVAMPA, 2019; MACHADO ARÁOZ, 2020).

De acordo com Gudynas (2009), o neoextrativismo caracteriza-se pela intensa exploração dos bens da natureza transformados em commodities para exportação. O mercado global controla e influencia a intensidade da produção e extração dos recursos, tendo em vista a amplitude da flutuação dos preços, além do fomento das relações de dependência entre as nações produtoras e consumidoras. Os megaprojetos extrativistas estão geralmente associados à exploração mineral, petrolífera e ao agronegócio.

A mineração em larga escala é uma forma extrema de extrativismo, pois aprofunda desigualdades sociais, econômicas, ambientais e de gênero, gera destruição e impactos drásticos no meio ambiente e nas comunidades próximas aos empreendimentos (ULLOA, 2016). Machado Aráoz (2020) significa o modelo de exploração mineral como um modelo de “saqueio devastador”, a construção civilizatória e seus ideais de progresso e desenvolvimento foram frutos “do horror” em que “a cobiça que se faz passar por prosperidade, o bem-estar que se confunde com consumo” (MACHADO ARÁOZ, 2020, p. 19).

A exploração ostensiva de minérios na América Latina, com destaque ao ouro, prata, cobre, minério de ferro, chumbo e urânio é crucial para a contaminação e o esgotamento dos bens comuns, promove mudanças irreversíveis nas estruturas geológicas e no clima que ameaçam a sobrevivência da humanidade e de milhares de seres vivos que compõem a nossa biodiversidade (MACHADO ARÁOZ, 2020).

As operações ocasionam desmatamento de áreas de floresta, erosão, desertificação, assoreamento dos rios, contaminação do solo, dos corpos d'água, solo e do ar através dos resíduos tóxicos, metais pesados e poeira de rejeitos, o que compromete outras possibilidades de subsistência presentes nos territórios como a produção agrícola, pecuária e pescaria artesanal (MILANEZ *et al.*, 2013).

A presença da atividade mineral ostensiva ocasiona a destruição dos patrimônios culturais, arqueológicos e naturais, deslocamento compulsório e massivo da população local, especulação imobiliária e aumento dos valores dos imóveis, inchaço das cidades devido à imigração de trabalhadores de outros territórios, cooptação dos agentes e do poder público para defesa dos interesses empresariais, sobrecarga dos equipamentos públicos e dependência econômica da mineração em detrimento de outros modelos de subsistência (VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018; MACHADO ARÁOZ, 2020).

Acarreta a destruição dos espaços de sociabilidade da comunidade, sobretudo das áreas naturais, como rios, cachoeiras e bosques, a degradação de estradas e habitações atingidas por rachaduras decorrentes das explosões das minas e transporte de cargas e caminhões, além da poeira que afeta a qualidade de vida das populações que convivem próximas aos empreendimentos extrativos (COELHO, 2015; MACHADO ARÁOZ, 2020; ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

As atividades de mineração, como parte do extrativismo na América Latina e Caribe, além de renovar e reproduzir as relações de dependência, geram consequências negativas em diferentes âmbitos, já que representam um impacto direto na realidade socioeconômica, na saúde e no espaço ambiental das comunidades atingidas. Com a contaminação dos recursos naturais, as comunidades de atingidos/as são privadas das condições mínimas de subsistência e, muitas vezes, como no caso de indígenas e afrodescendentes quilombolas, são expulsos dos seus territórios tradicionais, em aberta violação aos seus direitos de propriedade coletiva reconhecidos por instrumentos internacionais. A saída forçada das comunidades atingidas é também resultado de fatores como a ocupação ilegal ou a compra de terras em grande escala, os despejos, a limitação das liberdades e a criminalização dos protestos, assim como ações contra os projetos extrativistas que incluem diversas formas de ameaça, perseguição e violência psicológica e física, inclusive assassinatos. A importância dos deslocamentos forçados reside no fato destes irem além de um inconveniente de realocação, mas significam também a destruição de práticas e epistemologias tradicionais, eliminando, portanto, diversos modos de ver e interpretar o mundo. (VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018, p. 7).

De acordo com Cabnal (2010), os principais impactos sociais, econômicos e ambientais da espoliação e extrativismo mineral nos territórios atingem de forma particular as mulheres, tendo em vista o contexto patriarcal, a divisão sexual do trabalho, a violência e o racismo ambiental. São as mulheres as mais impactadas pela pobreza, pela dissolução dos laços comunitários, desterritorialização, remoção compulsória e perda do modo de vida e saúde (CARVAJAL, 2016).

Através da metodologia da pesquisa bibliográfica, este estudo visou a compreender os impactos psicossociais vivenciados pelas mulheres atingidas pela mineração e barragens e as estratégias de resistências territoriais adotadas. As mulheres dependem diretamente do acesso aos recursos comunitários para garantia da soberania alimentar, trabalho e renda, e são as mais atingidas com a privatização dos bens comuns. Dessa forma, figuram também como as principais protagonistas das lutas populares e ambientais em defesa dos seus territórios frente à mercantilização da natureza (FEDERICI, 2018).

2 OS IMPACTOS NA VIDA E NO CORPO DAS MULHERES ATINGIDAS PELA MINERAÇÃO E BARRAGENS

Nos territórios explorados pelas grandes empresas transnacionais, a natureza é compreendida como um recurso inesgotável, explorado e subjugado aos interesses capitalistas. O tempo, o corpo e o trabalho realizado pelas mulheres também são compreendidos como inesgotáveis e submetidos à exploração (PULEO, 2012; GUILLAUMIN, 2014; SOF, 2015; BARROSO, 2017; FEDERICI, 2018).

As mulheres estão mais vulneráveis à perda de renda, trabalho, autonomia financeira e soberania alimentar, devido à interrupção dos seus modos de vida e contaminação do solo e das águas pelos resíduos tóxicos despejados pelos empreendimentos. A intensificação da divisão sexual do trabalho que destina as mulheres ao trabalho reprodutivo influencia também na sobrecarga do trabalho doméstico vivenciada nesses territórios. Com a impossibilidade do trabalho agrícola ou da pesca, as mulheres são deslocadas para trabalhos informais e precários. Elas também estão mais suscetíveis às enfermidades típicas dos territórios extrativistas, como problemas respiratórios, dermatológicos, além de maior exposição à gravidez de risco, gravidez não planejada, abortos espontâneos e inseguros e infecções sexualmente transmissíveis (CARVAJAL, 2016).

As atividades extrativistas geram uma desarticulação das economias locais e a ruptura de “formas anteriores de reprodução social da vida, que são reorientadas em função da presença central das empresas. Esse processo instala uma economia produtiva altamente masculinizada nas comunidades, acentuando a divisão sexual do trabalho” (Gartor, 2014), o que gera uma desvalorização do trabalho de cuidado historicamente realizado pelas mulheres. A privatização da água e de outros bens comuns – seja pela limitação de acesso ou pela contaminação das fontes disponíveis – gera uma sobrecarga no trabalho realizado pelas mulheres (por exemplo, elas devem percorrer distâncias maiores para ter acesso à água) e as expõe para a deterioração de sua saúde. Além disso, as mulheres devem cuidar das pessoas que adoecem devido à contaminação

ambiental, sem receber qualquer compensação e sem se libertar das demais cargas de trabalho habituais. (CARVAJAL, 2016, p. 32, tradução nossa).

De acordo com García-Torres *et al.* (2020), os territórios espoliados produzem uma “nova ordem patriarcal”, em que as desigualdades de gênero prévias, expressas nas relações entre homens e mulheres, são intensificadas e atualizadas em práticas violentas e machistas. Segundo as autoras, a repatriarcalização dos territórios conforma-se através do entrelaçamento de múltiplas violências patriarcais, decorrente do modelo de exploração e apropriação extrativista, além de uma resposta às estratégias de resistência e organização das mulheres frente aos empreendimentos. As inúmeras violências atingem as mulheres através das dimensões econômicas, ecológica, política, culturais e corporais (GARCÍA-TORRES *et al.*, 2020).

1) a dimensão política, referente aos processos de tomada de decisões para a implantação de grandes projetos extrativos nos territórios; 2) a dimensão econômica, referente à conformação de estruturas econômicas patriarcais que submetem economias comunitárias e de cuidados e práticas de reprodução da vida, mediante assalariamento masculinizado e expropriação de terras comuns e bens naturais; 3) a dimensão ecológica, que corresponde à interrupção dos ciclos de reprodução da vida, resultando em uma maior feminização da responsabilidade em garantir condições de reprodução social, cuidados com a saúde coletiva e enfrentamento da insegurança alimentar diante da perda de agrobiodiversidade; 4) a dimensão cultural, mediante aprofundamento ou alteração das representações e estereótipos sexistas no plano simbólico e dos imaginários; e 5) a dimensão corporal, que reflete a intensificação dos modos de disciplinamento, controle social e violência machista sobre corpos sexuados e racializados (SEABRA, 2021, p. 44–45).

Os impactos e as violências patriarcais acentuam-se, sobretudo sobre os corpos-territórios das mulheres negras, mestiças, indígenas, quilombolas, camponesas, das periferias das cidades e das lideranças comunitárias que protagonizam ações e se posicionam contra a espoliação dos bens comuns. Essas ativistas lutam em defesa das suas comunidades de origem e estão no centro da resistência dos conflitos socioambientais nos territórios atingidos. Nesses

territórios, a violência política e policial fazem-se presentes no cotidiano comunitário através de perseguições, ameaças, atentados, difamação, agressões de ordem verbal, física, moral, patrimonial, psicológica, sexual, além dos estupro e feminicídios territoriais exercidos com métodos coloniais que atualizam cenários de guerra (ULLOA, 2016; VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018; GAGO, 2020; SEABRA, 2021; FONTES, 2021).

No bojo da exploração mineral, vale ressaltar ainda a construção das barragens¹ como um fator de impacto relevante para as comunidades. Os empreendimentos de energia e mineração requerem a construção desses extensos reservatórios de água e rejeitos de minérios, que se configuram como grandes estruturas de engenharia pouco fiscalizadas e monitoradas (VIDAL, 2012; POEMAS, 2015).

O Relatório de Segurança de Barragens produzido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) apresentou os seguintes dados: foram cadastradas 21.953 barragens em todo território nacional e, desse contingente, 122 estruturas estão em situação crítica, de acordo com a sua classificação (ANA, 2021). No ano de 2019, ocorrem no país 58 incidentes e 12 acidentes envolvendo barragens. No ano de 2020, ocorreram 95 incidentes e 44 acidentes com barragens, um aumento expressivo que impacta diretamente as populações que vivem abaixo das estruturas. O estado de Minas Gerais concentrou 40% das ocorrências envolvendo barragens em estado crítico (ANA, 2020; 2021).

A construção das barragens envolve diversos impactos socioambientais, desde o seu anúncio, com a sua construção, operação e, no caso extremo, com seu rompimento e conseqüente desastre sociotécnico. Construir uma barragem envolve alagamentos e inundações de grandes áreas, deslocamento compulsório de comunidades, construção de uma infraestrutura de suporte como estradas, desmatamento de áreas florestais e avanço em Áreas de Preservação Permanente (APP), contaminação do solo e corpos de água, além do risco eminente de crimes socioambientais, como aconteceu no contexto dos rompimentos das

¹ Uma barragem de rejeito é uma estrutura de terra construída para armazenar resíduos de mineração, os quais são definidos como a fração estéril produzida pelo beneficiamento de minérios, em um processo mecânico e/ou químico que divide o mineral bruto em concentrado e rejeito. O rejeito é um material que não possui maior valor econômico, mas para salvaguardas ambientais deve ser devidamente armazenado (MATURANO; HERBERT, 2012, p. 22).

barragens na bacia do rio Doce e na bacia de Paraopeba em Minas Gerais (ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

De acordo com o relatório elaborado pela Comissão Especial “Atingido por Barragens”, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2010), o modelo implantação das barragens no Brasil “tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual” (CDDPH, 2010, p. 13).

Para cada um desses momentos, as repercussões negativas às populações atingidas são muito marcantes. - Danos desde o anúncio: desmobilização de políticas públicas (saúde, infraestrutura, educação), doenças psicossociais, desmobilização e êxodo rural (especialmente dos mais jovens), desvalorização dos bens (móveis e imóveis) atingidos; - Danos durante as obras: paralisia da produção, conflitos entre vizinhos e empresa, perturbação pelo uso intensivo de máquinas e detonações, assédio de agentes externos (imobiliárias e escritórios de advocacia), pressão sobre as mulheres (assédio), aumento do tráfico de drogas, prostituição e violência doméstica, atuação de forças de repressão (polícia, segurança e milícias) e do judiciário; - Danos de operação – montante e jusante: preocupação já existente sobre a segurança das populações que vivem próximas. Em relação à montante, preocupação com alagamentos, poluição, zoonoses e infestação de mosquitos, destruição dos sistemas de abastecimento e saneamento devido à elevação do lençol freático, perturbação da pesca e do pescado, desmoronamento das margens e afogamento devido à mudança da profundidade do rio para o lago da barragem. E quanto à jusante, perda da capacidade produtiva do rio (pesca e navegação) e de suas margens (ciclo natural de cheias – terras de vazantes), desmoronamentos das margens e diques e o próprio rompimento de barragens. (ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020, p. 22).

Queiroz e Praça (2021) salientam ainda o fenômeno da masculinização da mão de obra, tendo em vista que os processos de contratação para os empregos no setor produtivo priorizam a mão de obra masculina em detrimento da mão de obra feminina. Os empreendimentos possuem pouca infraestrutura e segurança no trabalho para as mulheres e os postos são ocupados majoritariamente por homens. As trabalhadoras costumam ocupar funções terceirizadas,

informais ou relacionadas ao trabalho de limpeza e serviços gerais, o que as coloca em maior exposição a resíduos tóxicos e contaminação.

Quando removidas ou deslocadas para as áreas urbanas, as mulheres ocupam postos com menores salários e realizam duplas e triplas jornadas laborais. De acordo com as autoras, nos territórios em que o trabalho produtivo é preponderante, há uma intensificação da divisão sexual do trabalho, em que elas assumem majoritariamente o trabalho reprodutivo (ROSA, 2019; ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020; QUEIROZ; PRAÇA, 2021).

O processo de construção das barragens implica remoção e desterritorialização, o que contribui para o enfraquecimento e dissolução dos laços de vizinhança estabelecidos e intensifica a sobrecarga de trabalho doméstico das mulheres, pois sua rede de apoio torna-se fragilizada. No caso das trabalhadoras informais e autônomas, a quebra desses vínculos afeta diretamente sua dinâmica laboral com a perda de clientela (ROSA, 2019; ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

O trabalho feminino informal ou agrícola costumeiramente é desconsiderado e não reconhecido no pagamento das indenizações e auxílios financeiros emergenciais. De acordo com Rosa (2019), nesses contextos, o trabalho das mulheres é compreendido como secundário e complementar ao orçamento familiar. Elas também figuram como minoria nos registros oficiais de propriedade de terra e, por isso, são comumente desconsideradas dos programas de reparação econômica. Tal fato contribui para a perpetuação da dependência financeira dos maridos e familiares (ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

De acordo com Carvajal (2016), o ciclo de dependência econômica torna as mulheres mais vulneráveis a contextos de violência doméstica e intrafamiliar intensificadas nesses territórios devido à precarização das economias familiares, desorganização dos modos de vida, alargamento da hierarquia entre os gêneros, divergências nas perspectivas sobre a atividade mineral e uso abusivo de substâncias psicoativas, com destaque ao uso abusivo de álcool, recorrente nas áreas extrativas e nos contextos de violência doméstica e intrafamiliar.

O agravamento da dependência econômica da mulher, que acontece nos contextos de megaprojetos porque, para além do cenário de salários desiguais que encontramos no mercado de trabalho como um todo, a constante masculinização da mão-obra (sic) diminui a possibilidade de

inclusão das mulheres e reforça sua dependência financeira em relação aos maridos, pais e outros familiares. O reconhecimento só do homem como responsável da casa, o que impõem realidades onde (sic) existem casos onde (sic) só eles são oficialmente reconhecidos como atingidos e recebem indenizações, o que atinge a autonomia das mulheres. Por vezes o valor acaba não sendo gasto com as despesas de reprodução da casa e da família, reforçando um ciclo de violência de gênero e de invisibilidade do trabalho reprodutivo da mulher. (QUEIROZ; PRAÇA, 2021, p. 17).

O aumento expressivo da presença de trabalhadores homens nos territórios onde se localizam os empreendimentos extrativos amplia a demanda para o mercado sexual, prostituição e exploração sexual de crianças e adolescentes. Os canteiros de obras contam ao seu redor com casas de prostituição e equipamentos de lazer que buscam satisfazer o desejo sexual masculino e suas necessidades de diversão, alívio do estresse e solidão acometida pelas amplas jornadas laborais.

O trabalho sexual exercido pelas mulheres figura como uma das estratégias de compensação e controle dessa mão de obra masculina. A prostituição e exploração sexual ocorrem de forma socialmente naturalizada e com a conivência do Estado e das empresas (CARVAJAL, 2016; BARROSO, 2017; ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020; GAGO, 2020). A apropriação, dominação e exploração do corpo das mulheres e meninas são exercidas ainda por agentes do poder público, da segurança privada e militar. As mulheres que habitam e migram para os territórios extrativistas tornam-se mais vulneráveis a contextos de violência sexual, assédios, aliciamentos e estupros (PEDUZZI, 2012; FALQUET, 2014; BARROSO, 2017).

A causa de fatores como a militarização dos territórios, a contaminação dos recursos naturais e a desarticulação das economias locais, o extrativismo afeta as vidas, os corpos e os territórios das mulheres. Os projetos extrativistas estão também associados ao aumento de fenômenos como a prostituição, o estupro, problemas de saúde, restrição da liberdade e deslocamentos forçados. Reforçando a cultura patriarcal existente na América Latina e Caribe, o extrativismo contribui também para consolidar papéis tradicionais de gênero e o modelo de masculinidade hegemônica. Diante deste fenômeno, a mobilização, resistência e

luta das mulheres é permanente. Elas estão em primeira linha na luta pela terra e na defesa dos recursos naturais e são protagonistas de inúmeras mobilizações [...]. Seu papel é fundamental como lideranças nos protestos e ocupações, mas também na proteção e na manutenção da vida. Apesar disso, elas enfrentam a invisibilização do seu papel e marginalização social. Contra elas se praticam também formas de criminalização específicas e, com frequência, são excluídas da propriedade da terra e na hora de negociar ou tomar decisões que afetam diretamente suas vidas. (VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018, p. 8).

No que se refere aos impactos na dimensão da saúde coletiva, a degradação ambiental e o desmatamento decorrentes da construção dos reservatórios e diques provocam alteração do ecossistema local, o que causa desequilíbrio e aumento da transmissão de doenças relacionadas às arboviroses e ataques de animais peçonhentos. O impacto causado pela contaminação dos rios e solo também afeta diretamente a segurança alimentar das famílias, o que gera o problema da fome, nutrição inadequada, e o contato com metais pesados causa de diversos problemas de saúde, como problemas gástricos, intestinais, dermatológicos e respiratórios (ROSSATO; CORBO; NESPOLI, 2020).

Além dos impactos na saúde física, são diversas as influências das transformações ambientais na condição de saúde mental dos sujeitos. A alteração do modo de subsistência, ruptura com a ordem cotidiana, as perdas econômicas, a precarização das condições de vida, os conflitos domésticos e comunitários, o adoecimento dos membros da família são alguns fatores que podem contribuir para o surgimento e agravamento de quadros de sofrimento psíquico intenso, como transtornos depressivos e ansiosos, expressivos em territórios atingidos pela mineração e barragens.

Tais impactos psicossociais, econômicos e ambientais apontados no presente artigo são intensificados em contextos de desastres tecnológicos, cuja ação criminosa está diretamente relacionada à negligência das empresas e do poder público, a ausência de segurança, monitoramento e fiscalização das estruturas de barragens. São diversos os registros de incidentes e rompimentos de barragens no Brasil, com destaque aos rompimentos da barragem de Fundão no ano de 2015, na bacia do rio Doce, atingindo diversos municípios e comunidades dos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia; e o rompimento da

barragem B1 da Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho-MG, que atingiu a bacia do rio Paraopeba e levou a óbito 272 pessoas no ano de 2019.

Infelizmente, a insegurança e o risco iminente de crimes socioambientais envolvendo barragens tornaram-se uma realidade cotidiana para as comunidades vizinhas desses megaprojetos extrativistas. Esses territórios e populações convivem com um contexto de incertezas permeado por diversas violações de direitos, alterações nos seus modos de vida e intensificação do sofrimento.

3 A RESISTÊNCIA DAS MULHERES ATINGIDAS NOS SEUS TERRITÓRIOS

Nos territórios espoliados pelos megaprojetos extrativistas, vale ressaltar o protagonismo e a centralidade da resistência feminina frente às empresas transacionais. Elas se posicionam contra a mercantilização da natureza e na defesa dos bens comuns e dos seus territórios (FEDERICI, 2018; FEDERICI; VALIO, 2020; SEABRA, 2021).

O papel histórico destinado às mulheres no trabalho reprodutivo as coloca em maior exposição aos impactos da degradação, a exemplo da impossibilidade do uso de água contaminada para realização das atividades domésticas e preparação dos alimentos, e também a maior sobrecarga em relação ao cuidado com os membros da família, principalmente crianças e idosos adoecidos pelo contato com as substâncias tóxicas e outras condições de saúde (FEDERICI; VALIO, 2020; FONTES, 2021).

A presença intensa de trabalhadores homens, o aumento das violências patriarcais e a intensificação da desigualdade de gênero denominada por García-Torres *et al.* (2020) como repatriarcalização dos territórios também se constituem fatores que contribuem para a mobilização comunitária das mulheres, sobretudo mulheres agricultoras, pescadoras, garimpeiras artesanais, indígenas, quilombolas e pertencentes a comunidades tradicionais que buscam defender os modelos de vida ancorados em valores comunitários, em contraponto à ordem social estabelecida nos territórios espoliados pelos megaprojetos (GARTOR, 2014; CRUZ, 2017; HAESBAERT, 2020).

As lutas femininas contra o modelo extrativista nos territórios latino-americanos ganharam maior destaque a partir da década de 70 com o desenvolvimento do capitalismo e o avanço da agenda neoliberal e globalização em todo o mundo. Após a queda do muro de Berlim, no ano de 1989, com a derrocada

do bloco socialista, o modo de produção capitalista avança para territórios estratégicos e comunidades tradicionais junto ao modelo de desenvolvimento e crescimento econômicos baseados na exploração de matérias-primas e commodities para exportação e abastecimento do mercado mundial (GARTOR, 2014; FEDERICI; VALIO, 2020; FONTES, 2021). Nos países da América Latina, são diversos os contextos em que as mulheres camponesas, quilombolas e indígenas realizaram a defesa ativa das suas comunidades e, em alguns casos, expulsão de empresas dos seus territórios. Como destaca Gartor (2014),

Quando a empresa Yanacocha adquiriu o projeto de mineração Conga, em 2001, nunca imaginou que uma só mulher poria em risco suas aspirações. Máxima Acuña enfrenta com firmeza um dos gigantes da mineração. Nega-se a entregar suas terras, situadas em frente à Laguna Azul, na região peruana de Cajamarca, a uma companhia que já foi denunciada várias vezes pela aquisição irregular de terrenos privados. Desde o ano de 2011, Máxima e sua família têm sido vítimas de tentativas violentas de despejo por parte de funcionários da mineradora e da polícia estatal. Entre ameaças, intimidações e hostilidades, resiste a um processo judicial instaurado com irregularidades pela Yanacocha, com o intuito de usurpar terras. Em junho de 2008, Gregoria Crisanta Pérez e outras sete mulheres da comunidade de Agel, em San Miguel Ixtahuacán, na Guatemala, sabotaram o painel elétrico, interrompendo o abastecimento da mineradora Montana Exploradora, subsidiária da canadense Goldcorp Inc. Durante quatro anos, houve uma ordem de captura das mulheres por sabotagem do funcionamento da mina. Finalmente, em maio de 2012, os indiciamentos penais foram levantados e elas conseguiram recuperar parte das terras de Gregoria, que vinham sendo utilizadas irregularmente pela empresa. As mulheres do povoado de Sarayaku, na Amazônia Equatoriana, encabeçaram a resistência contra a petroleira argentina Compañia General de Combustibles (CGC), e conseguiram expulsá-la de suas terras em 2004. O Estado equatoriano havia feito uma concessão de 60% do território para a empresa, sem realizar nenhum processo informativo ou de consulta prévia. Foram as mulheres, desde o princípio, que tomaram a iniciativa. Quando o exército fez uma incursão em seu território, militarizando a área em favor da petroleira, elas roubaram seu armamento. O exército quis negociar a

devolução das armas de forma secreta. O vilarejo de Sarayaku, empurrado pelas mulheres, convocou toda a imprensa do Equador pra trazer o caso à luz pública. No ano de 2012, depois de uma década de litígios, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos declarou o Estado equatoriano responsável pela violação dos direitos humanos do povo de Sarayaku. Estes e outros casos ilustram o panorama antiextrativista latino-americano no qual mulheres sobressaem como protagonistas da resistência, incorporando novos mecanismos de luta e reivindicando seu próprio espaço. Em seu comunicado, as mulheres amazônicas, que em outubro de 2013 caminharam por mais de 200 quilômetros contra a XI Ronda Petroleira no Equador, proclamaram: “defendemos o direito das mulheres de defender a vida, nossos territórios, e falar com nossa própria voz”.

A luta histórica das mulheres nos seus territórios, sobretudo localizados no Sul Global, representa o vínculo e a preocupação das mulheres com as condições de vida e sobrevivência da vida humana, biodiversidade e com a destruição da natureza (PRIETO, 2017). Elas denunciam o modelo de produção capitalista e questionam o cerne da exploração racista e patriarcal nos seus territórios, através do fomento da resistência comunitária e solidariedade. Como afirmam Federici e Valio (2020, p. 3), as mulheres estão “transformando o trabalho cotidiano, social e reprodutivo em ação coletiva que converte os bairros em comunidades de resistência à exploração capitalista”.

No Brasil, a luta socioambiental também é extensa, histórica, possui diversos atores que conformam um grande espectro entre organizações sociais, organizações políticas, movimentos populares, organizações não governamentais, resistências comunitárias e religiosas, movimentos indígenas e quilombolas, partidos políticos, setores e órgãos do Estado, universidades, associações da sociedade civil, entre outros.

A participação feminina nas revoltas, revoluções e lutas sociais é datada desde a resistência frente à colonização ibérica e enfrentamento à escravidão no continente latino-americano. No Brasil, as mulheres estiveram junto com os homens na linha de frente dos processos de resistência anticoloniais, na luta pela independência, abolição da escravatura, nas fileiras das organizações políticas e movimentos populares, no enfrentamento das ditaduras cíveis militares e na luta pela anistia e democracia. As mulheres foram protagonistas dos

movimentos de bairros, nos grupos de mães, nas organizações comunitárias e também dos movimentos camponeses (GIULIANI, 2015; GONZALEZ, 2020; FONTES, 2021).

As mulheres do campo e da cidade sempre estiveram presentes no cenário de luta por direitos, por melhores condições de trabalho e cidadania. De acordo com Giuliani (2015), no final dos anos de 1960, as mulheres protagonizaram diversas iniciativas reivindicatórias, com destaque, nos centros urbanos, ao Movimento Nacional contra a Carestia; o Movimento de Luta por Creches; O Movimento Brasileiro pela Anistia; e na conformação de Grupos Feministas e Centro de Mulheres. No meio rural, destaca-se a participação das mulheres nos movimentos de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Pastorais da Terra. Estes espaços de organização permitiam que as mulheres refletissem a respeito do seu papel social enquanto esposa, dona de casa e mãe, além das reivindicações dos movimentos. Giuliani (2015) destaca ainda a resistência das mulheres camponesas organizadas nos movimentos de ocupação de terra. Segundo a autora, no contexto rural, as mulheres assumem diversas tarefas que envolvem desde os cuidados domésticos, à mobilização ativa em resistência à violência e a organização e manutenção do espaço comunitário dos acampamentos e assentamentos. (SILVA; EUGENIO, 2020, p. 276).

Rosa (2019) reafirma que a participação das mulheres atingidas pela mineração e barragens nos contextos de lutas territoriais antiextrativistas ancora-se no histórico processo de luta popular dos trabalhadores rurais, do movimento negro, indígena e dos trabalhadores na reivindicação por direitos sociais. Não é uma luta isolada, específica ou apenas de caráter econômico, pois ultrapassa a defesa dos seus territórios de origem; é, sobretudo, uma luta que possui caráter emancipatório e que coloca no cerne o questionamento do modo de produção capitalista de destruição da vida e da natureza. As mulheres rejeitam a lógica mercantilista e propõem a ruptura e a transformação da realidade através de alternativas sistêmicas e econômicas baseadas na solidariedade, sustentabilidade e respeito a todas as formas de vida (FEDERICI; VALIO, 2020).

As mulheres, assim como os afrodescendentes, camponeses e indígenas, além de se oporem aos projetos extrativistas, defenderem os direitos da

natureza e da Pacha Mama e questionarem o modelo de desenvolvimento hegemônico atual, constroem alternativas ao sistema, como o Sumak Kawsay ou Bem Viver, que recuperam valores e saberes tradicionais e permitem a emergência de formas de vida sustentáveis que coloquem no centro das discussões as pessoas, seus interesses e seu bem-estar (VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018). Isso pode ser exemplificado na frase proferida pela liderança mapuche Moira Millán na assembleia feminista da cidade de El Bolsón, na Patagônia argentina: “Não estamos pedindo a propriedade da terra, estamos propondo outra arte de habitar a terra”. (FONTES, 2021, p. 8).

A participação política das mulheres nos territórios atingidos perpassa ainda pelo controle das empresas transacionais, que utilizam de diversas estratégias de desmobilização dos processos de reivindicação da comunidade. Cooptação de moradores e do poder público, fomento de conflitos intracomunitários, perseguição de lideranças, criminalização das manifestações e ações políticas são alguns dos exemplos das estratégias de controle utilizadas pelas empresas nos territórios extrativistas (ULLOA, 2016; VILLARREAL VILLAMAR; MUÑOZ, 2018; ROSA, 2019).

Cruz (2020) salienta as inúmeras estratégias adotadas pelas empresas em articulação com o Estado que objetivam reprimir as vozes das mulheres nos processos de luta. As vozes dissidentes e contrárias ao modelo de exploração são transformadas em vozes ilegais. As lideranças comunitárias estão expostas e vivenciam processos judiciais acusatórios, ameaças policiais, atentados, difamações, perseguições e, nos casos mais extremos, violências físicas, sexuais, ameaças de morte e feminicídios. A luta política e ambiental é criminalizada e a violência política ocorre de forma específica quando é destinada às mulheres, pois se direciona aos seus corpos também através das inúmeras violências de gênero sentidas e experimentadas por esse grupo social (CRUZ, 2020; SEABRA; 2021).

Apesar da diversidade de contextos sociais, políticos, econômicos e culturais que dão origem aos movimentos femininos auto-organizados, destacam-se as semelhanças que tornam possível realizar conexões entre as diversas estratégias de luta e resistências socioambientais protagonizadas por mulheres atingidas por megaprojetos em todo continente latino-americano.

Com relação às ações organizadas pelas mulheres em seus territórios, são diversas as estratégias e os recursos utilizados no contexto da participação social e mobilização comunitária. A estratégia da auto-organização² se faz presente e possui extrema importância na mobilização feminina; a militância organizada nos movimentos populares nacionais e internacionais; o trabalho de articulação com outros coletivos, associações locais e organizações não governamentais; a participação em fóruns e redes de solidariedade; a relação com universidades; e também a construção coletiva de ações diretas representadas pela organização de manifestações, ocupações de ferrovias, rodovias, sedes das empresas e prédios públicos. Vale ressaltar ainda a produção de eventos comunitários, religiosos e culturais; a participação em comitês, audiências públicas, nas comissões de atingidos e em reuniões organizadas junto com autoridades do poder público e representantes das empresas (MONTEIRO, 2016; MUÑOZ; VILARREAL, 2019; FONTES, 2021).

As mulheres são narradoras das suas histórias e atuam como fontes em entrevistas cedidas para veículos de comunicação, obras audiovisuais, pesquisas acadêmicas, livros, artigos de revistas e jornais, participam de palestras e seminários, relatórios técnicos e campanhas de divulgação, realizam denúncias formais no campo jurídico como petições e abertura de processos, além de diversas estratégias que buscam difundir suas vivências e histórias de vida e as sistemáticas violações de direitos presentes nos seus territórios de origem (MUÑOZ; VILARREAL, 2019; FONTES, 2021). As mulheres resistem nas brechas e criam estratégias e possibilidades de ação política, comunicação e transformação da realidade, mesmo em um contexto atravessado por violências patriarcais e exploração capitalista (SANDOVAL, 2004; ROSA, 2019).

² De acordo com Monteiro (2016, p. 32–33), “As mulheres se auto-organizam como estratégia para transformar a correlação de forças e avançar na conquista de igualdade e liberdade e tem como objetivo a construção de um sujeito político forte, capaz de formular plataformas de luta, ampliar a consciência e a ação feminista. [...] a auto-organização das mulheres é o primeiro passo para fortalecê-las na luta contra o capitalismo e o patriarcado e que esta tem sido uma metodologia historicamente utilizada pelas mulheres, materializando-se em espaços coletivos de discussão e proposição exclusivamente femininos, além de, mostrar-se como essencial para organizações revolucionárias em sua busca pela construção da igualdade entre os sexos desde já. [...] A auto-organização é uma produção das lutas feministas, foi a partir dos enfrentamentos com as estruturas patriarcais e na experimentação de construção de alternativas a elas que as mulheres foram concebendo a auto-organização como elemento indispensável para sua emancipação, com a superação da divisão sexual do trabalho e a produção de novas relações sociais”.

A resistência protagonizada pelas mulheres contribui para promover transformações objetivas na realidade, como acesso à reparação integral, indenizações e direitos sociais e até o enfrentamento direto ao modelo exploratório, com o impedimento do funcionamento de operações e avanços dos megaprojetos nos seus territórios.

O processo de colocar-se em luta coletiva é uma mediação para transformações subjetivas significativas nas suas histórias de vida. A implicação na transformação da realidade reverbera não só na comunidade, mas também na transformação dos sujeitos (MONTERO, 2003; SOUZA, 2012; WEINTRAUB *et al.*, 2015; SILVA, 2017).

A participação política contribui para o aprendizado de novos conceitos e crenças com relação à realidade. Amplia o repertório individual e coletivo para gerenciamento de situações, resolução de problemas e promoção de mudanças objetivas. Produz expansão dos significados com relação aos processos vivenciados, transformação da consciência, valorização, sentimento de protagonismo e referência como lideranças locais e também possibilidades de elaboração de forma individual e coletiva dos processos de sofrimento envolvidos na espoliação dos territórios (SOUZA, 2012; WEINTRAUB *et al.*, 2015; SILVA, 2017).

A transformação objetiva da realidade não está separada da necessidade dos sujeitos de sentirem-se valorizados, autônomos e protagonistas das suas histórias (SAWAIA, 2014). Os espaços fomentados na mobilização comunitária, como reuniões, encontros e manifestações produzem laços sociais, potência de ação, promoção de saúde e reconstituição dos modos de vida e estratégias de sobrevivência. De acordo com Montero (2003), a participação política contribui com o fortalecimento psicossocial coletivo e individual dos sujeitos (MONTERO, 2003; CASTRO-SILVA, 2004).

A atuação das mulheres é salutar para os processos de articulação, reflexão e construção de estratégias de enfrentamento e produção local de solidariedade. São processos de resistência que contribuem para a reparação dos territórios assolados pelo neoextrativismo e suas sistemáticas violações de direitos (ULLOA, 2016; CRUZ, 2020; FEDERICI; VALIO, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já aventado no presente estudo, nos territórios atingidos pela mineração e por barragens, as mulheres, sobretudo mulheres racializadas e oriundas das classes populares, conformam o grupo social mais vulnerável às violações de direitos e às violências patriarcais. Os corpos femininos, assim como a natureza, são apropriados, dominados e submetidos a uma lógica de exploração colonial, racista e patriarcal.

A alteração do seu modo de vida, a perda de soberania alimentar, trabalho e renda, o deslocamento compulsório, a sobrecarga de trabalho doméstico, perda da saúde e exposição à violência se configuram como alguns dos exemplos dos impactos econômicos, ambientais e psicossociais vivenciados pelas mulheres.

Conhecer as realidades vivenciadas pelas atingidas pelos megaprojetos de mineração e barragens é de suma importância, sobretudo para balizar as ações do poder executivo, legislativo, judiciário e das políticas públicas presentes nos territórios que visem a proteger e a garantir os direitos da população diante dos impactos da atuação das empresas nas comunidades.

Fomentar e destacar o protagonismo feminino nas lutas e resistências ao neoeextrativismo em todo continente latino-americano amplia a visibilidade e apoio da sociedade civil aos processos de participação social realizados, auxilia na disseminação das pautas e reivindicações, contribui para pressionar o poder público e as empresas na elaboração e execução das estratégias de reparação integral e possibilita a tessitura de uma rede nacional e internacional de lideranças e coletivos que atuam de forma cotidiana em defesa dos seus territórios.

Infelizmente, nas comunidades atingidas, ainda há muito que avançar nos processos de garantia de direitos e proteção das populações. O projeto de crescimento e desenvolvimento econômico baseado no neoeextrativismo segue em curso e avança no contexto de crise do capitalismo, intensificando os cenários de exploração, violação de direitos e degradação ambiental.

Em tais territórios atravessados por conflitos socioambientais e disputas territoriais, vale ressaltar que as mulheres organizadas se tornam sujeitos políticos e coletivos quando à revelia da hostilidade e das violências patriarcais reproduzidas nos territórios extrativistas. Rebelam-se contra a ordem imposta,

resistem nas brechas e disponibilizam os seus corpos-territórios para o enfrentamento à exploração capitalista e em defesa dos direitos, justiça ambiental, bens comuns e de um modelo econômico sustentável baseado na cooperação, solidariedade e respeito à natureza e todas as formas de vida.

5 REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. In: *Más allá del desarrollo*. Buenos Aires: Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo/Fundación Rosa Luxemburgo, 2012. p. 83–118.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Relatório de segurança das barragens 2020*. Brasília, DF: Ministério do Meio ambiente, 2020.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). *Relatório de segurança das barragens 2021*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2021.
- BARROSO, Milena Fernandes. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia: mercadorização da vida no capitalismo. *Argumentum*, v. 9, n. 1, p. 89–102. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14401/10933>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- CABNAL, Lorena. *Acercamiento a la propuesta del feminismo comunitario Abya Yala*. En *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: Acsure Las Segovias, 2010.
- CARVAJAL, Laura María. Impacto em la vida y los derechos de las mujeres. In: CARVAJAL, Laura María. *Extratativismo em América Latina*. Bogotá, Colômbia: Fondo de Acción Urgente de América Latina y el Caribe, 2016.
- CASTRO-SILVA, Carlos Roberto. *A politização da dor e da indignação de pessoas que vivem ou convivem com o HIV/Aids: a participação política em uma ONG como forma de fortalecimento psicossocial*. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

- COELHO, Tádzio Peters. A questão mineral no Brasil. Projeto Grande Carajás: Trinta anos de desenvolvimento frustrado *In*: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (org.). *A questão mineral no Brasil*. v. 1. Marabá: Editorial Iguana, 2015.
- CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA (CDDPH). *Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens*. Brasília, 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/populacao-atingida-pelas-barragens/atuacao-do-mpf/relatorio-fiscal-cddph>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CRUZ, Delmy Tania. Una mirada muy otra a los territorios cuerpos femeninos. *Solar: Revista de Filosofía iberoamericana*, v. 12, n. 1, 2017.
- CRUZ, Delmy Tania. Feminismos Comunitarios Territoriales de Abya Yala: mujeres organizadas contra las violencias y los despojos. *Revista Estudios Psicosociales Latinoamericanos*, v. 3, 2020.
- FALQUET, Jules. Os atuais desafios para o feminismo materialista (entrevista). *Temporalis*, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 245–261, jan./jun. 2014.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2018.
- FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, 2020.
- FONTES, Giovana. *Corpo-Território: a luta antiextrativista das mulheres latino-americanas*. Observatório Feminista de Relações Internacionais, 2021. Disponível em: <https://ofri.com.br/corpo-territorio-a-luta-anti-extrativista-das-mulheres-latino-americanas/>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- GAGO, Veronica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

- GARCÍA-TORRES, Miriam *et al.* Extractivismo y (re)patriarcalización de los territorios. *In:* CRUZ, Hernandez; DELMY, Tania; Jimenez Bayon, Manuel (org.). *Cuerpos, territorios y feminismos*: compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito, México: Ediciones Abya Yala, 2020.
- GARTOR, Miriam. As mulheres na luta contra o extrativismo na América Latina. *In:* VERMELHO. Brasília-DF, 27 fev. 2014. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://vermelho.org.br/2014/02/27/as-mulheres-na-luta-contra-o-extrativismo-na-america-latina/&sa=D&source=docs&ust=1690213225762642&usg=AOvVaw39gM-9pvzPs4kGw2FUFl64>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- GIULIANI, Paola C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. *In:* DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres do Brasil. Contexto*, São Paulo, 10. ed., 2015, p. 641–668.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. *In:* RIOS, Flávia; LIMA, Márcia; Gonzalez, Lélia. (org.). *Por um feminismo afro-latino-americano*: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49–64.
- GRUPO POLÍTICA, ECONOMIA, MINERAÇÃO, AMBIENTE E SOCIEDADE (POEMAS). *Antes fosse mais leve a carga*: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG): Relatório final. Juiz de Fora: UFJF, 2015.
- VILLARREAL VILLAMAR, María del Carmen; MUÑOZ, Enara Echart. *Pacha*: defendendo a terra: extrativismo, conflitos e alternativas na América Latina e no Caribe. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO, 2018. Disponível em: http://www.grisulunirio.com/wp-content/uploads/2018/11/Cartilha_Final_Internet-Port.pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. *In:* SCHULDT, Jurgen *et al.* (org.). *Extrativismo, política y sociedad*. Quito: CAAP/Claes, 2009. p. 187–225.

- GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. *In*: FERREIRA, Veronica *et al.* *O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialistas: Collete Guillaumin, Paola Tabet e Nicole Claude Mathieu*. Recife: SOS corpo, 2014. p. 27–100.
- HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 22, n. 48, 2020.
- MACHADO ARÁOZ, Horacio. *Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da Modernidade*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- MATURANO, Rafael; HERBERT, Miguel Angel. *Análise do potencial de liquefação de uma barragem de rejeito*. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MILANEZ, Bruno *et al.* Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia. *In*: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (org.). *Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, o mapa de conflitos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. p. 175–205.
- MONTERO, Martiza. *Teoría y práctica de sicologíaia comunitária: la tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Piadós, 2003.
- MONTEIRO, Bernadete Esperança. *Contribuições da auto-organização das mulheres trabalhadoras rurais do Norte de Minas Gerais na resistência à mineração*. 2016. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.
- MUÑOZ, Enara Echart; VILLARREAL, Maria del Carmen (coord.). Women's struggles against extractivism in Latin America and the Caribbean. *Contexto Internacional*, v. 41, n. 2, p. 303–325, 2019.
- PEDUZZI, Pedro. *Belo Monte: grande número de trabalhadores aumenta movimento nas casas de prostituição da região*. Brasília (DF): Agência Brasil, 28 abr. 2012.

- PRIETO, Laura Pérez. Epistemología feministas y conocimientos desde el sur global. *Ecología Política*, n. 54, p. 12–15, 2017. Disponível em: <https://www.ecologiapolitica.info/?p=10133>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- PULEO, Alicia. Anjos do Ecosistema. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org.). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: Cadernos Sempre Viva, 2012. p. 29–50. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 3).
- QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. In: QUEIROZ, Ana Luisa *et al.* *Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos*. Rio de Janeiro: Pacs, 2021, p. 109. Disponível em: (<http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2021/03/MULHERES-ATINGIDAS.pdf>). Acesso em: 10 jan. 2022.
- ROSA, Débora D. *Violências e resistências: impactos do rompimento da barragem da Samarco, Vale e BHP Billiton sobre a vida das mulheres atingidas em Mariana/MG*. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.
- ROSSATO, Alexania; CORBO, Anamaria D’Andrea; NESPOLI, Grasiela (org.). **Educação popular, direitos e participação social*: bordando a saúde das mulheres atingidas por barragens*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2020. Disponível em: (https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/45730/2/EducaçãoPopular_EPSJV_2020.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.
- SANDOVAL, Chela. Feminismo cyborg y metodología de los oprimidos. In: *Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sonhos, 2004. p. 81- 106.
- SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: BURIHAN, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 14. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014. p. 99–119.

- SEABRA, Joana Emerick. Corpos-territórios no enfrentamento a megaprojetos extrativistas: reflexões sobre formas de (r)existir e viver a partir dos territórios de Abya Yala. In: OLIVEIRA, Tatiana. (org.). *Mulheres amazônidas: ecofeminismos, mineração e economias populares*. Brasília-DF: INESC, 2021. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/12/inesc_MulheresAmazonidas_20jul20211.pdf. Acesso: 02 fev. 2022.
- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Feminismo em Marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: SOF, 2015.
- SILVA, Camilla Veras Pessoa da. *Lama, luto e luta: a vivência dos atingidos pelo desastre da Samarco e a organização popular no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) como estratégia de enfrentamento*. 2017. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- SILVA, Camilla Veras; EUGENIO, Flávia. Mulheres, maternidade e militância política. In: DIOTTO, Nariel *et al.* (org.). *Estudos de gênero e feminismos na sociedade contemporânea: diálogos interdisciplinares*. v. 2. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 275–293.
- SOUZA, Ana Silvia Ariza. *A saúde na perspectiva ético-política: pesquisa ação participante na Comuna da Terra Irmã Alberta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.
- ULLOA, Astrid. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. *Revista Nómadas*, n. 45, p. 123–139, 2016.

VIDAL, Fernanda Blanco. *Saudade sim, tristeza não*: memória do deslocamento compulsório e da reconstrução da vida dos atingidos pela barragem de Pedra do Cavalo em Santo Estevão (Bahia). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador/BA, 2012.

WEINTRAUB, Ana Cecília Andrade de Moraes *et al.* Atuação do psicólogo em situações de desastre: reflexões a partir da práxis. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação* [online], v. 19, n. 53, p. 287–298, 2015.